

Cogumelos e jequitibás em Brasília

Octavio Mello Alvarenga

• Retorno de Brasília assaltado por três sentimentos descontraídos: dúvida, tristeza e alegria. A dúvida foi provocada em decorrência de um toldo imenso e colorido instalado na grama daquela praça inóspita chamada Praça dos Três Poderes. Seria um circo, um cogumelo gigante? Era o acampamento dos sem-terra.

A tristeza decorre da constatação de continuar incrustada no corpo do paciente denominado Brasil a enfermidade “sigla partidária”, como valor que se sobrepõe à capacidade individual — e vez por outra faz vítimas no primeiro escalão do Governo. Representará a continuação do jabaculê brasiliense, do toma-cá-dá-lá de São Francisco. O último exemplo sai hoje na seção política dos jornais: o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, está em rota de colisão com o PSDB pelo fato de um correligionário ter sido demitido de uma das diretorias do Incra. Mais interessaria ao partido político a sigla partidária do que a eficiência funcional.

A alegria decorre da primeira reunião preparatória convocada pelo ministro Arlindo Porto para a constituição do Fórum da Agricultura. Se existem plantadores de cogumelos políticos, que nascem e morrem com extrema facilidade, outros há que plantam mogno e jequitibás. O senador Arlindo Porto é um deles. Isto ficou demonstrado no

auditório do Ministério da Agricultura, onde lideranças de todo o país se reuniram para apoiar o programa de reorientação institucional elaborado, tendo em vista uma “visão de futuro” da agricultura.

Varrendo quaisquer mesquinhas, eliminando de antemão os cogumelos, e levando em consideração apenas o fato de lidar com pessoas cujo partido maior é a própria agricultura, no mais amplo significado do termo, o senador Arlindo Porto, secundado pelo secretário-executivo Ailton Barcelos Fernandes (também coordenador-geral do Fórum), distribuiu aos membros da comissão organizadora desse conclave, que se pretende permanente, um questionário “de sondagem temática” antecedido de afirmativas que exigem algumas reflexões.

Segundo essa “carta de princípios” que nos ensina como entender o programa de reorientação institucional do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, foram preliminarmente consideradas as tendências e os novos condicionantes internos e externos em face das diretrizes de reforma do aparelho do Estado. A agricultura foi, portanto, repensada a partir de todos os seus elementos, ou seja, agropecuária, agrofloresta e agroindústria.

Após uma fase de consulta aos escalões técnicos e políticos do ministério, bem assim atuais e potenciais clientes e parceiros, emergiu uma visão de

futuro, que se apóia em fatores da mais variada origem, as demandas potenciais dos três mencionados tipos de atividade agrícola e algumas observações de ordem extra ou supra-rurais: crescente consciência ambiental, maior compromisso com recursos naturais e sua relação com a biodiversidade e de com a qualidade de vida.

Dessa forma, a missão do ministério, que é, precipuamente, a de formular e viabilizar a implementação de políticas agrícolas, há de vincular os aspectos tecnológicos a as preocupações de outra área, já que o favorecimento da sustentabilidade da cadeia agroprodutiva pressupõe atualização com a ciência agroambiental. E aí cabem algumas ponderações sobre o distanciamento que, salvo melhor juízo, nos parece existir entre a amplitude dos pressupostos acima e o método adotado na confecção do questionário distribuído.

O questionário apresenta dois tipos de quesitos. Os primeiros servirão para indicar as cadeias produtivas mais importantes para os trabalhos de futuras comissões temáticas, a partir de produtos que aparecem em duas colunas: a) algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, bovinos de corte, bovinos de leite, feijão e trigo; b) frango, hortaliça, laranja, madeira, milho, seringueira, soja, suíno e uva.

A seguir são enumeradas as políticas/programas: biodiversi-

dade, tecnologia, financiamento, insumos, transformação, transportes, armazenamento, preços, Pronaf, comercialização e seguro. São solicitadas, a seguir, sugestões de outras abordagens, a partir de dois exemplos: custo Brasil e desperdício.

Na enumeração elaborada faltou — e a falha foi observada no plenário — uma referência à pesca.

Submeto desde logo aos membros da comissão, com a devida vênua, uma reflexão de ordem genérica: o temário inteiro há de se apoiar — como está lucidamente exposto com todas as letras — “numa crescente consciência ambiental”, “maior compromisso com recursos naturais/biodiversidade e com a qualidade de vida”. Mantendo-se como estão os quesitos, não haverá perigo de os membros do fórum se aterem unicamente a fatores da economia aplicada, ou a produtos de preocupação mercadológica imediata? Talvez seja o caso de sedimentar tudo a partir de uma reciclagem crítica sobre leis e jurisprudência agroambiental. Apesar dos alertas apresentados pela CNA sobre os resultados da reforma agrária — aos quais retornaremos em breve — os com-terra devem se acautelar. Vivemos numa época tão estranha que cogumelo pode virar jequitibá.

OCTAVIO MELLO ALVARENGA é presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.